

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

| Edital 13/2024: CGDEN/DIGAP | |
|-----------------------------------|--|
| Título e Código do Projeto | UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR |
| Local(s) de Trabalho | <i>Brasília/DF</i> |
| Período do contrato: | <i>11 meses</i> |
| Número de vagas: | 1 (uma) |
| Enquadramento no Prodoc | Atividade 1.3.2: Realizar diagnóstico e atualização dos processos de monitoramento dos programas e ações que impactam na qualidade da educação, na execução do PNE e do PAR; |

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) está alinhando suas ações institucionais, programáticas e administrativas para criar condições adequadas à gestão das políticas educacionais, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecido pela Lei nº 13.005/2014. Esse alinhamento estratégico é fundamental para assegurar que as diretrizes do PNE sejam efetivamente implementadas. Nesse sentido, a DIGAP desempenha um papel crucial na execução das políticas públicas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR). Sua missão inclui a avaliação, monitoramento e o fortalecimento das ações executadas, com o objetivo de potencializar os resultados abrangidos pelo programa, em consonância com as metas do PNE.

Nesse contexto, a consultoria especializada é essencial para maximizar a eficácia na realização dos objetivos e na avaliação dos impactos dos programas geridos pela DIGAP, especialmente, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual foi recentemente lançado pelo governo federal. Este programa reafirma o compromisso com a Educação em Tempo Integral e a Alfabetização na Idade Certa, visando atingir resultados significativos no PNE. Estima-se que o programa retome mais de 6.000 obras escolares, incluindo creches, escolas e quadras esportivas, além de construir 3.750 novas escolas em tempo integral e adquirir 3.000 novos transportes escolares.

O foco está principalmente na inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social, promovendo a redução das desigualdades regionais e sociais e oferecendo maior segurança e conforto aos estudantes, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da indústria nacional.

Para garantir o sucesso na execução do programa mencionado, que também está relacionado ao atingimento das metas do PNE, é crucial contar com o apoio do projeto em questão, visando aprimorar a supervisão e a otimização dos procedimentos internos e metodologias.

A contratação de um profissional especializado é imprescindível para realizar estudos detalhados das propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo PAC, avaliando seu impacto sobre as metas do PNE 2014-2024. Além disso, a realização de estudos detalhados e entregues pela consultoria é fundamental para a Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP) por várias razões:

- Tomada de Decisão Informada:

Os estudos fornecem dados e análises detalhadas que permitem à DIGAP tomar decisões mais informadas e baseadas em evidências, garantindo a alocação eficiente dos recursos e a implementação de políticas públicas eficazes.

- Avaliação de Impacto:

Compreender o impacto das propostas do Novo PAC nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 é crucial. Esses estudos avaliam como as ações estão contribuindo para o alcance dos objetivos educacionais nacionais e onde ajustes podem ser necessários.

- Identificação de Sinergias e Lacunas:

Ao comparar as ações do Novo PAC com as cadastradas no Plano de Ações Articuladas (PAR) ciclo 4, os estudos ajudam a identificar sinergias que podem ser aproveitadas e lacunas que precisam ser preenchidas. Isso contribui para uma coordenação mais eficaz e eficiente entre os diferentes programas e iniciativas.

- Aperfeiçoamento de Políticas e Estratégias:

As recomendações provenientes dos estudos oferecem insights valiosos para o aprimoramento das políticas e estratégias educacionais. A identificação de boas práticas e áreas de melhoria auxilia na formulação de ações mais eficazes e na superação dos desafios.

- Monitoramento e Ajuste Contínuo:

A DIGAP pode usar os resultados dos estudos para monitorar continuamente a execução das ações e ajustar as estratégias conforme necessário. Isso garante uma abordagem adaptativa e responsiva às mudanças e necessidades emergentes.

Ademais, ressalta-se que os produtos a serem entregues pela consultoria não apenas proporcionam uma base sólida para a tomada de decisões informadas e a avaliação de impacto das ações educacionais, mas também fomentam a melhoria contínua dos processos de qualidade da educação e do ensino-aprendizagem. Ao fornecer dados detalhados e análises rigorosas, os produtos garantem que os recursos sejam alocados de maneira eficiente, que as políticas sejam ajustadas conforme necessário e que as práticas inovadoras sejam implementadas para otimizar os resultados educacionais.

Em última análise, esses processos contribuem significativamente para a melhoria da qualidade da educação, pois permitem a criação de um ambiente educacional mais eficiente e eficaz. A infraestrutura escolar aprimorada, aliada a uma gestão estratégica bem-informada, facilita o trabalho dos educadores e melhora a experiência de aprendizagem dos alunos. Assim, a contratação proposta assegura que o FNDE continue a promover uma educação de qualidade para todos, alinhada às metas estabelecidas pelo PNE e às necessidades emergentes da sociedade brasileira.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3: Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Enquadramento no Prodoc: Os resultados inserem-se nas atividades previstas na

Atividade 1.3.2: Realizar diagnóstico e atualização dos processos de monitoramento dos programas e ações que impactam na qualidade da educação, na execução do PNE e do PAR;

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

Atividade 1 Coletar e analisar todas as propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo PAC no âmbito do Transferegov nas Regiões do Brasil (conforme cronograma de entrega);

Atividade 2 Coletar e analisar todas as propostas cadastradas no PAR 4, no âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, nas Regiões do Brasil (conforme cronograma de entrega);

Atividade 3 Realizar comparativo entre as ações cadastradas no Novo PAC e as do ciclo 4 do PAR, destacando sinergias e divergências específicas das Regiões do Brasil (conforme cronograma de entrega); Promove uma coordenação mais eficaz entre os programas, otimizando recursos e esforços para maximizar os resultados educacionais.

Atividade 4 Verificar e analisar os impactos das propostas nas políticas públicas para a educação básica, conforme as metas do PNE 2014-2024; Compreende o impacto das ações educacionais, permitindo ajustes necessários para melhorar a eficácia das políticas e alcançar os objetivos educacionais nacionais.

Atividade 5 Coletar dados demográficos, socioeconômicos e educacionais relevantes de cada região do Brasil (conforme cronograma de entrega);

Atividade 6 Realizar reuniões com as equipes envolvidas no processo.

Atividade 7 Elaborar matriz, gráficos e tabelas comparativas.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Em todos os produtos o consultor deverá compartilhar, junto com cada documento técnico, as bases de dados produzidas para a sua elaboração.

| Parcela/Descritivo | Data para Entrega* |
|--|--------------------|
| Documento técnico “A” , contendo estudo avaliativo acerca das propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito do Transferegov, bem como o impacto nas políticas públicas para educação básica, em consonância com as metas do PNE 2014-2024, incluindo uma matriz comparativa entre as ações cadastradas no Plano de Ações Articuladas – PAR, ciclo 4, na região Norte (nível estadual), destacando padrões, divergências e oportunidades de melhoria. | 35 Dias |
| Documento técnico “B” , contendo estudo avaliativo acerca das propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito do Transferegov, bem como o impacto nas políticas públicas para educação básica, em consonância com as metas do PNE 2014-2024, incluindo uma matriz comparativa entre as ações cadastradas no Plano de Ações Articuladas – PAR, ciclo 4, na região Centro-Oeste (nível estadual), destacando padrões, divergências e oportunidades de melhoria. | 100 Dias |
| Documento técnico “C” , contendo estudo avaliativo acerca das propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito do Transferegov, bem como o impacto nas políticas públicas para educação básica, em consonância com as metas do PNE 2014-2024, incluindo uma matriz comparativa entre as ações cadastradas no Plano de Ações Articuladas – PAR, ciclo 4, na região Sudeste (nível estadual), destacando padrões, divergências e oportunidades de melhoria. | 170 Dias |
| Documento técnico “D” , contendo estudo avaliativo acerca das propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito do Transferegov, bem como o impacto nas políticas públicas para educação básica, em consonância com as metas do PNE 2014-2024, incluindo uma matriz comparativa entre as ações cadastradas no Plano de Ações Articuladas – PAR, ciclo 4, na região Nordeste (nível estadual), destacando padrões, divergências e oportunidades de melhoria. | 240 Dias |
| Documento técnico “E” , contendo estudo avaliativo acerca das propostas cadastradas, habilitadas e selecionadas no Novo Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, no âmbito do Transferegov, bem como o impacto nas políticas públicas para educação básica, em consonância com as metas do PNE 2014-2024, incluindo uma matriz comparativa entre as ações cadastradas no Plano de Ações Articuladas – PAR, ciclo 4, na região Sul (nível estadual), destacando padrões, divergências e oportunidades de melhoria. | 320 Dias |

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos

produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;
- b) Os candidatos devem descrever suas experiências no currículo-padrão de forma clara e objetiva, demonstrando explicitamente o atendimento de cada requisito obrigatório ou desejável deste Termo de Referência. Descrições genéricas ou incompletas podem resultar em perda de pontos e possível eliminação do candidato, se for o caso.
- c) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododdigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicadas serão desconsiderados;
- d) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;
- e) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- f) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;
- g) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- h) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prodocdigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

7.1. Requisitos Obrigatórios:

Formação Acadêmica:

- a. Graduação de nível superior em qualquer área do conhecimento, atestado por meio de Diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. Pós-graduação em nível de Especialização em gestão pública, atestado por meio de certificado ou outros documentos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

Experiência profissional:

- a. **Experiência profissional** mínima de 06 (seis) anos em atividades relacionadas ao monitoramento da execução de projetos e programas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;
- b. **Experiência profissional** mínima de 06 (seis) anos em planejamento estratégico e acompanhamento de políticas públicas educacionais no âmbito público, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;
- c. **Experiência profissional** mínima de 06 (seis) anos em coleta e análise de dados, bem como elaboração e tratamento de relatórios, no âmbito da Administração Pública Federal, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

7.2. Requisitos Desejáveis:

- a. **Experiência profissional** mínima de 05 (cinco) anos no uso de Sistemas gerenciais de programas e projetos do Governo Federal, especialmente o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC.
- b. **Experiência profissional** mínima de 03 (três) anos com o Plano de Ações Articuladas.
- c. **Requisito desejável:** Cursos de capacitação sobre a Plataforma TransfereGov, comprovada por meio de Certificados (devem totalizar o mínimo de 50 h).

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

CrITÉrios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

| Qualificação e Experiência do Candidato | | | | |
|---|---------------------------|--|---|----|
| 1 | Formação acadêmica | <p>Obrigatório: Graduação de nível superior em qualquer área do conhecimento, atestado por meio de Diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p>Obrigatório Pós-graduação em nível de Especialização em gestão pública, atestado por meio de certificado ou outros documentos fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.</p> | <p>[100%] 10 pontos: Pós-graduação em nível Mestrado e/ou Doutorado;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização em gestão pública;</p> | 10 |
| 2 | Experiências obrigatórias | <p>Experiência profissional mínima de 06 (seis) anos em atividades relacionadas ao monitoramento da execução de projetos e programas educacionais, no âmbito da Administração Pública Federal, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;</p> <p>Experiência profissional mínima de 06 (seis) anos em</p> | <p>[100%] 15 pontos: 8 anos ou mais de experiência;</p> <p>[85%] 12,75 pontos: 7 anos de experiência;</p> <p>[70%] 10,50 pontos: 6 anos de experiência.</p> | 15 |
| | | | [100%] 15 pontos: 8 anos ou | 15 |

| | | | | |
|----------|--------------------------------|---|--|----|
| | | planejamento estratégico e acompanhamento de políticas públicas educacionais no âmbito público, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; | mais de experiência; [85%] 12,75 pontos: 7 anos de experiência; [70%] 10,50 pontos: 6 anos de experiência. | |
| | | Experiência profissional mínima de 06 (seis) anos em coleta e análise de dados, bem como elaboração e tratamento de relatórios, no âmbito da Administração Pública Federal, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado. | [100%] 15 pontos: 8 anos ou mais de experiência; [85%] 12,75 pontos: 7 anos de experiência; [70%] 10,50 pontos: 6 anos de experiência. | 15 |
| | Experiências desejáveis | Experiência profissional mínima de 05 (cinco) anos no uso de Sistemas gerenciais de programas e projetos do Governo Federal, especialmente o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – SIMEC. | [100%] 8 pontos: 7 anos ou mais de experiência; [85%] 6,8 pontos: 6 anos de experiência; [70%] 5,6 pontos: 5 anos de experiência. | 08 |
| | | Experiência profissional mínima de 03 (três) anos com o Plano de Ações Articuladas – PAR. | [100%] 9 pontos: 5 anos ou mais de experiência; [85%] 7,65 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 6,3 pontos: 3 anos de experiência. | 09 |
| | | Requisito desejável: Cursos de capacitação sobre a Plataforma TransfereGov, comprovada por meio de Certificados (devem totalizar o mínimo de 50 h). | [100%] 8 pontos: 100h [85%] 6,8 pontos: 70h [70%] 5,6 pontos: 50h | 08 |
| 3 | Entrevista | Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade. | [100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito. | 5 |
| | | Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio. | [100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito. | 5 |
| | | Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR. | 100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito. | 10 |

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail prododigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF.

Brasília/DF, julho de 2024.